

## PAUTA DE NEGOCIAÇÃO DO ANO DE 2022

1. Solicitamos que a Administração municipal proceda à desvinculação do plano de cargos e salários da saúde do plano de cargos e salários dos servidores em geral
2. Revisão do Estatuto do Servidor no que se refere às licenças médicas com período de 2 anos para tratamento. Fato que muitas vezes leva a aposentadoria por invalidez, trazendo prejuízos financeiros e psicológicos ao servidor. Defesa: com a mudança do perfil de morbidade dos servidores públicos com o predomínio de transtornos mentais e doenças do sistema osteomuscular que exigem mais tempo para recuperação e para retorno ao trabalho. Garantir a saúde dos servidores públicos é fundamental para a administração, para os sistemas de saúde, para a população em geral e para os servidores e suas famílias. É necessário investimento em ações que promovam a saúde dessa população, bem como a viabilização de medidas de reabilitação e reintegração ao trabalho, prevenindo aposentadorias precoces decorrentes de invalidez e possibilitando ao servidor público trabalhar sem necessariamente adoecer.
3. Revisão do Plano de Cargos e salário. Muitas atividades e funções foram incluídas às atividades de saúde com o surgimento do SUS e não constam no plano de cargos. Fazer correção na carreira da Enfermagem e realizando concurso para técnico de enfermagem e não para auxiliar. Essa questão acaba gerando uma insatisfação aí profissional recém concursado e muitas vezes problemas nos locais de trabalho com a expectativa da Seleção interna para Auxiliar de enfermagem II. Com certeza é uma prerrogativa da SRH essas questões (Estatuto e Plano de Cargos e Salários) mas essas demandas se refletem no dia a dia da Secretaria de Saúde. Por isso defendo que essas demandas sejam levantadas, discutidas amplamente e sanadas.
4. Reestruturar o atendimento do DAMOR, através de uma Política Pública de Saúde do Trabalhador, para o servidor acometido de comorbidades, seja, doença ocupacional, acidente de trabalho ou doenças que surjam ao longo de sua atividade laboral. Acolhimento, tratamento, recuperação e reinserção às atividades laborativas. Criar e implementar instrumentos que permitam compreender melhor as relações entre o processo de adoecimento no serviço público e suas interfaces com o trabalho, com abordagem intersetorial e multidisciplinar e com a participação do principal sujeito desse processo, o servidor público. Solicitamos que o CEREST estabeleça discussão acerca do acolhimento, atendimento e tratamento do servidor público. Criar fluxo de encaminhamento para atendimento do servidor público.

Juiz de Fora/MG, 30 de novembro de 2021.

Atenciosamente,

---

**Cristina Maria da Silva Lopes**  
**Presidente da Associação AMETA**

---